

A OFERTA PÚBLICA DE LEITURA¹

Henrique Barreto Nunes

*Quando se proclamou que a biblioteca
reunia todos os livros, a primeira
reacção foi de uma felicidade indizível*
Jorge Luís Borges

O livro ainda continua a ser, para todas as idades, para quase todos os estratos sociais, um importante meio de conservação e de transmissão do conhecimento e do saber e, acima de tudo, uma privilegiada (a principal?) forma de acesso à criação literária.

Porém, a sobrevivência do livro, tal como o conhecemos, e da leitura, tal como tem sido tradicionalmente concebida e praticada, encontram-se seriamente ameaçadas pelos novos suportes da informação e pelas novas tecnologias que permitem um fácil acesso e uma rápida comunicação dos conteúdos dos documentos tradicionais e da informação – mas que também acentuarão, farão aumentar as exclusões sociais e o fosso entre os chamados países info-ricos e info-pobres.

Por isso os utilizadores, os cultores, os defensores do livro e aqueles que concebem a leitura como um prazer insubstituível e como uma ferramenta necessária sabem que são necessárias estratégias inteligentes, agressivas, apelativas – mediáticas – para assegurar, para garantir a sua sobrevivência e continuidade.

Para além do papel fundamental da família e da escola na aquisição e no fornecimento dos hábitos de leitura, é preciso encontrar os processos, os modos e os lugares que permitam uma utilização dinâmica do livro, um conjunto de acções e iniciativas que conduzam ou reconciliem as pessoas com a leitura – encarando sempre as novas tecnologias como aliados imprescindíveis e nunca como concorrentes.

Ora tal só será possível se existir uma rede de bibliotecas públicas, numerosas e eficazes, activas e atractivas que cubra integralmente o país.

¹ Este texto insere-se na secção *debate* (Cenários para o Livro) da versão impressa da OBS.

O relatório do grupo de trabalho coordenado por Maria José Moura apresentado à Secretaria de Estado da Cultura em Julho de 1986, que esteve na base do lançamento da Rede Nacional de Leitura Pública e serviu de ponto de partida para a concepção do programa das bibliotecas municipais portuguesas, referia com ênfase o facto de os escassos equipamentos com características similares então existentes no país disporem de fundos bibliográficos extremamente pobres e desactualizados.

Essa era, entre várias outras, uma das principais razões para a imagem negativa de que as bibliotecas desfrutavam e para o quase nulo papel que desempenhavam nas poucas localidades que delas dispunham, nomeadamente quando se estabeleciam paralelos com a realidade de outros países ou se analisavam as missões que lhes atribuíra o Manifesto da UNESCO para as Bibliotecas Públicas.

Não admira portanto que o Plano e Proposta da Acção para o lançamento de uma rede de bibliotecas delineado no referido Relatório indicasse claramente, nos 3 tipos de programas estabelecidos para a construção e equipamento das bibliotecas municipais a criar, o fundo bibliográfico mínimo que deveria existir no momento da abertura ao público e o volume das aquisições de monografias a realizar anualmente, números que eram consagrados nos contratos-programa assinados entre as autarquias e a Secretaria de Estado da Cultura.

Assim eclodiu, a partir de 1988, esta revolução silenciosa e tranquila que, passados dez anos sobre o seu lançamento, apresenta o saldo de 72 bibliotecas municipais inauguradas e de 53 em diversas fases de concepção ou de construção, o que está a modificar radicalmente o panorama da leitura pública no país².

O livro impresso, que se pode consultar na biblioteca ou levar emprestado para casa, ocupa ainda um lugar privilegiado entre os documentos convencionais que estes equipamentos oferecem e que os leitores mais procuram.

Depois de alguns ajustamentos, a versão de 1997 do "Programa de Apoio às Bibliotecas Públicas" continua a considerar que as bibliotecas municipais devem possuir monografias em proporção correspondente ao número de habitantes do respectivo concelho, de acordo com a tipologia definida pelo Instituto Português do Livro e das Bibliotecas³.

² Seria injusto não referir aqui o papel pioneiro e ainda hoje tão importante do Serviço de Bibliotecas da Fundação Calouste Gulbenkian, que actualmente dispõe de 151 bibliotecas fixas e de 4 itinerantes e em 1997 adquiriu 81 mil volumes para as alimentar.

³ Distinguem-se três tipos de bibliotecas correspondentes a concelhos com menos de 20.000 habitantes (BM1), concelhos com 20.000 a 50.000 habitantes (BM2) e com mais de 50.000 habitantes (BM3). Os fundos bibliográficos definidos são os seguintes:

- BM1 – Fundo inicial de 10.000 monografias para adultos, 4.000 para crianças e 1.500 a serem adquiridas anualmente;
- BM2 – Fundo inicial de 25.000 monografias para adultos, 9.000 para crianças e 3.000 a serem adquiridas anualmente;
- BM3 – Fundo inicial de 35.000 monografias para adultos, 12.000 para crianças e 4.000 a serem adquiridas anualmente.

Porém, a constituição das colecções iniciais e a sua actualização anual não têm correspondido aos objectivos inicialmente propostos.

De acordo com o Relatório sobre as Bibliotecas Públicas em Portugal apresentado em 1996, “considerando os dados estatísticos disponíveis que são referentes ao ano de 1994, o conjunto das bibliotecas possui apenas entre 50% a 60% do total dos fundos disponíveis previstos nos programas-tipo” (Moura, 1996).

Mais recentemente, num relatório sobre o desempenho das bibliotecas da Rede Nacional de Leitura Pública, que fornece dados estatísticos acerca do funcionamento em 1995 de 49 bibliotecas municipais, aqueles dados são confirmados.

Poucas são, efectivamente as bibliotecas que cumprem os mínimos estabelecidos pelo Instituto da tutela relativamente aos fundos iniciais e à sua renovação anual.

Confirma-se assim o diagnóstico do relatório de 1996 que afirmava revelarem as “câmaras municipais grandes dificuldades no cumprimento do estipulado nos contratos para a componente fundos documentos”.

E contudo é evidente, para quem está no terreno, que na esmagadora maioria das localidades onde existem bibliotecas a funcionar em pleno, a sua efectiva implantação na comunidade é indesmentível, tendo-se tornado rapidamente no mais importante centro cultural e informativo local, o que é confirmado pelo número de leitores inscritos, pelo volume dos empréstimos e das visitas à biblioteca ou pela frequência das actividades de animação e extensão cultural.

Mas também é evidente que o seu impacto e uma mais eficaz oferta e utilização dos diversos serviços que uma biblioteca municipal proporciona poderiam ser bem maiores se as suas colecções documentais cumprissem os valores consagrados nos contratos-programa. E não podemos esquecer que esses números, atendendo à inexistência e mesmo à falta de tradição de bibliotecas de leitura pública no país, não correspondem às normas estabelecidas pela IFLA, que determinam que em cada biblioteca devem existir pelo menos 2 livros por habitante.

Impõem-se assim que este estado de coisas seja modificado e que o organismo da tutela encontre processos, defina estratégias que obriguem as câmaras municipais a respeitar os compromissos assumidos, o que já se encontra em vias de concretização.

Por outro lado, não se pode esquecer que as bibliotecas municipais são, ou deveriam ser, um parceiro importante em qualquer política do livro.

As decisões tomadas pelo Governo em matéria de leitura pública deverão ter um impacto contínuo e estimulante sobre a actividade editorial e o comércio livreiro.

Para já, o peso das aquisições das bibliotecas nos dados estatísticos da edição portuguesa pode parecer modesto, mas os dados concretos de que dispomos ainda são escassos. Esta porém é uma situação que tenderá a evoluir favoravelmente nos próximos anos, assumindo um valor a não desprezar na economia do sector.

A existência de colecções significativas, enciclopédicas e pluralistas em todos os domínios do conhecimento assegura quotidianamente um papel essencial na promoção do livro e da leitura.

Não é só a presença física permanente dos livros – de todos os livros – nas bibliotecas que tal permite. É também a disponibilidade constante dos que nelas trabalham para aconselhar, orientar ou mesmo sugerir leituras aos que as procuram. São também os catálogos, as bibliografias, as exposições, as apresentações de novos títulos, todas as iniciativas culturais à volta dos livros que as bibliotecas promovem que a tal conduzem.

A originalidade e a qualidade arquitectónica dos edifícios, os novos espaços e os novos serviços, aliados aos tradicionais, que as bibliotecas municipais oferecem, atraem à sua frequência e utilização uma cada vez maior diversidade de público(s).

Democratizar, facilitar, incentivar e garantir o livre acesso das pessoas aos documentos, respeitando o pluralismo e a diversidade da oferta editorial é talvez o maior trunfo das bibliotecas da rede de leitura pública, embora ainda não seja significativo nos estudos sobre os hábitos de leitura em Portugal.

Num país em que só metade da população tem hábitos de leitura e não existem livros em 15% dos lares, onde nas principais cidades só agora se começam a esboçar projectos de bibliotecas verdadeiramente novas e as bibliotecas escolares ainda não possuem qualquer expressão, num país em que a iliteracia apresenta sinais alarmantes, os bibliotecários da Rede de Leitura Pública encontram-se inquietos e impacientes.

Sabem do papel único e insubstituível que as bibliotecas da Rede de Leitura Pública podem desempenhar neste país tão carenciado por isso, não querem perder esta oportunidade histórica, quando emerge a sociedade de informação, de criar condições de acesso livre e gratuito ao livro a toda a população.

Não admira, assim, que os bibliotecários reclamem quanto à necessidade urgente de as bibliotecas serem dotadas, por quem as tutela, a nível nacional e local, de colecções de livros e outros documentos que vão ao encontro, atraiam e reflectam os interesses, as necessidades e os prazeres de todas as populações que servem.

BIBLIOGRAFIA

FREITAS, Eduardo, CASANOVA, José Luís e ALVES, Nuno de Almeida (1997), *Hábitos de Leitura: Um Inquérito à População Portuguesa*, Lisboa, D. Quixote.

INSTITUTO PORTUGUÊS DO LIVRO E DAS BIBLIOTECAS (1997), *Desempenho das Bibliotecas da Rede Nacional de Leitura Pública*, Lisboa, IPLB.

INSTITUTO PORTUGUÊS DO LIVRO E DAS BIBLIOTECAS (1997), *Rede de Leitura Pública: Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais*, Lisboa, IPLB.

MOURA, Maria José (coord.) (1986), *Leitura Pública: Rede de Bibliotecas Municipais*, Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura.

MOURA, Maria José (coord.) (1996), *Relatório sobre as Bibliotecas Públicas em Portugal*, Lisboa, Ministério da Cultura.

NUNES, Henrique Barreto (1996), *Da Biblioteca ao Leitor: Estudos sobre a Leitura Pública em Portugal*, Braga, Autores de Braga.